



Projeto
Juventude,
Gênero e
Espaço Público



*Projeto
Juventude,
Gênero e
Espaço Público*

Junho 2007

Instituto Sou da Paz

O Instituto Sou da Paz é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - comprometida com a redução da violência em nosso país. Fundado em 1999, o Instituto Sou da Paz tem como missão contribuir para a efetivação no Brasil de políticas públicas de segurança e prevenção da violência, que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos.

Área de Adolescência e Juventude

A juventude é um dos focos do trabalho desenvolvido pelo Instituto Sou da Paz, especialmente o público mais vulnerável à dinâmica da violência, os/as jovens com idade entre 15 e 24 anos. Junto a eles, o Instituto realiza projetos que atuam na ocupação democrática do espaço público, na prevenção da criminalidade e na resolução pacífica de conflitos, tanto na comunidade, como no ambiente escolar. O Instituto Sou da Paz preocupa-se em formar jovens ativos, responsáveis e capazes de desenvolver cotidianamente habilidades como diálogo, negociação e associativismo.

Entre 2003 e 2005, a área de Adolescência e Juventude do Instituto Sou da Paz desenvolveu um projeto chamado “Pólos da Paz” em duas praças públicas da zona sul de São Paulo (Praça João Paes Malio, no bairro do Parque Regina no Distrito do Campo Limpo e a praça situada no bairro Alto do Riviera, distrito do Jardim Ângela) com o propósito de revitalizar praças públicas, apostando no potencial transformador da comunidade, especialmente dos/as jovens.

Durante a execução deste projeto, observou-se que o público participante foi majoritariamente constituído por rapazes. Embora as jovens mulheres tenham sido convidadas e estimuladas a participar do projeto, enfrentaram diversas barreiras culturais, sociais e subjetivas para o envolvimento e permanência nas atividades desenvolvidas. Com o intuito de promover novos projetos que garantam a maior participação feminina e equidade de gênero, o Instituto Sou da Paz passou a questionar a interação de fatores que determinam a menor presença feminina nos espaços públicos das praças e nos grupos de jovens desta comunidade.

Diagnóstico

Entre os meses de março e maio de 2007, o Instituto Sou da Paz realizou um diagnóstico sobre o modo como jovens mulheres e homens destes bairros ocupam os espaços públicos e participam das decisões comunitárias.

Objetivos

Os objetivos para esse diagnóstico foram:

- a) Identificar a percepção/opinião de diferentes atores sociais acerca da participação de jovens mulheres e homens em espaços públicos de lazer, cultura, educacionais e de saúde.

- b) Levantar informações sócio-demográficas, educacionais, ocupacionais e de saúde relativas à população de mulheres e homens jovens nos dois distritos estudados.

Metodologia

Este diagnóstico foi estruturado através de duas estratégias metodológicas. A primeira abrangeu um levantamento de dados secundários quantitativos e qualitativos sobre as condições de vida da população nos dois distritos estudados. Por meio desta estratégia procurou-se identificar indicadores sociais sobre o contexto de vida dos/das jovens habitantes destes bairros. A segunda estratégia consistiu na produção de dados qualitativos através da técnica de grupos focais. Ao todo foram ouvidos 93 jovens destas regiões, sendo 78 mulheres e 15 homens, estudantes de escolas públicas, usuárias de serviços públicos de saúde, frequentadoras de praças públicas e integrantes do ‘Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano’.

O envolvimento de jovens de diferentes espaços sociais procurou garantir a maior diversidade de perfis sócio-demográficos e de estilos de vida, de modo a caracterizar as nuances e as similaridades nas condições e modos de vida dos jovens nestas comunidades.

Práticas culturais e de lazer

A escolha pelo enfoque nas áreas de cultura e lazer está vinculada à constatação de que os grupos culturais, de esporte e de lazer, ao mesmo tempo em que possuem um enorme poder agregador e emancipatório, reproduzem as desigualdades sociais, quando não contemplam estratégias específicas para garantia da equidade.

Esse diagnóstico busca estabelecer aproximações entre as práticas de lazer e outras esferas da vida dos/as jovens, sobretudo naquilo que diz respeito às suas relações familiares, trajetórias escolares e práticas religiosas. A análise que percorreu estas outras instituições sociais enfocou o modo como elas contribuem e interferem na participação juvenil e na construção de ações coletivas.

Principais resultados do diagnóstico

Ao longo dos resultados apresentados a seguir iremos desenvolver os principais fatores que expressam a desigualdade de gênero no uso dos espaços públicos entre os/as jovens.

Tempo livre e lazer: desigualdades entre homens e mulheres jovens

O discurso predominante entre os/as jovens confirma a hipótese deste projeto de que o lazer das mulheres, ocorre em grande medida, no espaço privado, dentro do perímetro da casa e relaciona-se às atividades de assistir televisão, jogar vídeo game e usar a Internet (orkut e msn). O lazer dos rapazes, em contrapartida, ocorre mais nos espaços públicos das ruas, das praças e das quadras esportivas das escolas.

Além de ser usufruído, sobretudo, no espaço privado, o tempo livre de lazer das mulheres é mais reduzido que o dos rapazes, pois as tarefas domésticas e o cuidado com familiares ainda são responsabilidade quase exclusiva das jovens.

“O lazer das meninas é mais arrumar a casa, ficar assistindo televisão, escutar um DVD, escutar uma música.” (Agente Jovem)

“Homem tem mais liberdade, porque mulher tem casa pra arrumar, tem irmão pra cuidar, tem roupa pra lavar, os meninos não, os meninos ficam solto, fica brincando, enquanto a menina fica lá” (Agente jovem)

Quando estas mulheres têm filhos, a divisão do cuidado com as crianças também é desigual entre o casal e o tempo livre e de lazer da mulher jovem passa a estar sempre associado ao lazer das crianças, enquanto que o dos pais é usufruído com seus pares.

“... as mulheres tá cansada, elas num têm coragem de sair(...), então com certeza é os homens que vai (nas quadras abertas), né? No fim de semana ou na semana tanto faz, né? É que (a mulher) chega cansada, trabalha a semana inteira, no domingo num tem pique pra ir ali com a criança. Então, o homem que vai, né? O homem tá em casa mesmo, vagabundeando, num quer fazer nada.” (EJA)

A ausência de espaços de lazer adequados às jovens mulheres e aos seus filhos e o difícil acesso ao transporte público para conduzi-las aos espaços de lazer são outros fatores identificados como obstáculos ao uso de equipamentos públicos. Estas são algumas das questões que mostram a importância de uma análise de gênero na formulação de políticas públicas de participação juvenil em atividades culturais e de lazer. É importante que sejam contempladas as singularidades da condição feminina em suas diversas expressões. Campanhas educativas com o objetivo de estimular a divisão das tarefas para a manutenção da casa e da família além da necessidade de se pensar em locais adequados para que as jovens possam usufruir do seu direito ao lazer, sozinhas ou com seus filhos, são algumas ações que derivam destas primeiras análises dos grupos.

A dinâmica de funcionamento dos espaços de lazer: “A lei do mais forte”

Nos cinco bairros pesquisados, os principais espaços públicos de lazer são as quadras esportivas das praças públicas e das escolas, que aos fins de semana, abrem suas

portas para o uso dos moradores da região. Nestes locais, não há definições prévias, estabelecidas por autoridades locais ou por assembléias comunitárias, sobre as regras (duração e horário) de uso dos espaços pela população. Portanto, o usufruto destes locais tem que ser negociado pelos próprios usuários.

As normas estabelecidas pelos/as usuários/as para o uso destes espaços são as mais simples: a ordem de chegada - “quem chega primeiro usa a quadra”- e a “lei do mais forte”. A primeira parece só valer para a negociação entre os jovens do sexo masculino. Quando há mulheres, esta norma não vale. As participantes contam que os homens, sobretudo os jovens, sentem-se com primazia no uso das quadras esportivas, utilizando-se da força, através de ameaças, ofensas e até invasões para conquistarem o espaço e as ‘expulsarem’.

“(Os meninos) Não concordam em fazer uma decisão igual pra todo mundo! Eles concordam com o que, o que eles acham que é certo, que a quadra é deles, que nos não temos direito de estar na quadra”. (Associação de Bairro)

“Ah, eu acho assim um pouco ruim porque não dá pra gente jogar bola, usar a quadra porque toda vez que a gente vai jogar usar a quadra tem que brigar. (...) Eu acho que deveria dividir o tempo, pra todos terem o direito de jogar na quadra, porque se deixar nós num joga”. (Associação de Bairro)

A ausência de uma instância reguladora das relações na praça é descrita como fator impeditivo da ocupação feminina. De modo geral, as jovens entrevistadas afirmam não freqüentarem as praças, com raras exceções. Quando indagadas acerca das características que uma praça precisaria ter para que fosse freqüentada pelas jovens mulheres, identificam a necessidade de uma instância mediadora nestes locais, que traduza os acordos e as regras e que interrompa a reprodução da ‘lei do mais forte’. Como alternativa aos espaços abertos da praça, sugerem a criação de espaços de convivência onde haja a mediação de um adulto ou de uma figura que represente normas mais equânimes. É interessante observar que, ao pensarem em estratégias para garantir a convivência comunitária, as jovens recorrem a referências

de autoridade que também têm como meio de negociação o uso da força: o policiamento. Parece não haver um modelo de autoridade que utilize meios pacíficos de resolução de conflitos. Todavia, a polícia não é uma instituição legitimada entre elas: não confiam na polícia como agente de segurança e, com freqüência, a acusam de agente de violência e discriminação racial.

“Tem polícia, mas não faz nada. Tem a base comunitária ali, de frente para a pracinha e ela não faz nada (em relação aos usuários de drogas)!!!.” (EE ensino médio)

“Também tem preconceito. Sobretudo se você é mais moreno” (EE ensino médio)

A impossibilidade de negociações entre as pessoas nos espaços de convivência juvenil esvazia o seu potencial de criação de relações de confiança, de aprendizagem das relações sociais e de construção de identidades coletivas. A predominância do uso da força e da violência nos espaços públicos de lazer e cultura não apenas empobrece as relações, mas serve como elemento reprodutor das desigualdades. Este é um eixo central para a elaboração de políticas públicas, que foi, de formas diversas, reiterado neste diagnóstico. A negociação, mediação, gestão coletiva dos espaços, a colocação de regras de uso, que contemple a diversidade dos sujeitos usuários(as) e suas necessidades são parte central do trabalho de intervenção.

Espços públicos abertos: lugar de cidadania ou preconceito?

A vigilância da comunidade sobre os comportamentos das jovens do sexo feminino e o temor de uma gravidez são outros elementos da vida comunitária naqueles bairros que as inibem a ocupar espaços públicos abertos (como as praças, as ruas e as quadras). As mulheres que usufruem estes espaços são consideradas promíscuas e vulgares.

“É a fofoca, se a vizinha vê você lá (na praça) ela já fala para a sua mãe. Aí chega o pessoal e vê você ali. Viu você perto já começa a falar.” (EE ensino médio)

As praças e as ruas são, neste contexto, caracterizadas como locais freqüentados por pessoas transgressoras, geralmente usuários de drogas e casais com práticas sexuais julgadas imorais. As participantes dizem não freqüentar estes lugares, pois temem serem confundidas com as meninas 'atiradas'. No discurso do grupo, fica estabelecida a fronteira entre as meninas dos espaços públicos, que freqüentam praças e as ruas, e 'as meninas de bem'.

“Já na praça do João Paes Malio é assim, as pessoas que moram ali perto, todo mundo fica falando.” (EE ensino médio)

“Quando abriu lá (inauguração da Praça João Paes Malio), era muita gente que freqüentava, mas agora, hoje em dia assim, o ‘pessoal de bem’ que vai lá vê que o povo que tá lá sentado está tudo cheirando. O cheiro é super forte.” (EE ensino médio)

Embora o julgamento pese mais sobre as jovens mulheres que freqüentam as praças, os homens também são alvo de condenações. Usufruir e ocupar a praça tem a conotação de desocupação e desemprego, muito vinculada à irresponsabilidade.

“Porque você num vê homem que trabalha, você num vê homem que é responsável numa quadra dessa aí fora. Você só vê gente que num presta mesmo”.(EJA)

É importante marcar que os relatos grupais, em certo sentido, reproduzem concepções que condenam o ócio e, por associação, o lazer, as práticas culturais e a valorização do tempo livre juvenil, associando-os a práticas potencialmente negativas. São relatos ambíguos que, por um lado, traduzem o desejo de mais espaços de lazer e de expressão juvenil e, por outro, relacionam as atividades culturais e de lazer juvenis a traços de marginalidade quando fogem aos valores dominantes do mundo adulto, relativos ao uso do tempo e ao trabalho. De alguma forma, reproduzem a idéia de “cabeça vazia, oficina do diabo”, tão corrente popularmente. A ambigüidade deriva da percepção de um sentido dado a estas atividades na atualidade, quando se constrói uma idéia de lazer como um tempo

socialmente importante, assim como se reivindica a importância das atividades culturais como fundamentais para a constituição de um cidadão.

A desvalorização de quem freqüenta as praças públicas e que usufrui o tempo livre com as atividades de lazer e cultura desconsidera que potencialmente são nestes espaços que os jovens – em atividades esportivas, culturais – re-constroem normas sociais – como a cooperação, a divisão de tarefas, a participação nas decisões e a autonomia. Esta é uma informação essencial encontrada na pesquisa que mostra claramente a necessidade de mais informação e controle das atividades desenvolvidas nestes espaços que se criam nas regiões periféricas: o uso destes espaços, sua ocupação em atividades integradoras e monitoradas, seu cuidado coletivo para evitar que se tornem espaços sujos e degradados, exige uma intensa atividade educativa que pode ser desenvolvida por grupos de jovens da região. Gestão coletiva dos espaços das praças, atividades programadas, divisão de horários nas quadras, normas e regras de uso são elementos essenciais para o sucesso dos projetos.

O medo da violência: retraimento do espaço público

A ausência de segurança garantida pelo poder público nas regiões estudadas, transforma os espaços comuns, como as ruas e as praças públicas, em lugares de 'perigo'. A falta de iluminação pública é uma característica destes espaços e marca o descumprimento deste dever pelo Estado e a força de grupos locais. Estes grupos locais, muitas vezes, destroem a iluminação pública para afastar os moradores e assegurar o encobrimento de atos infracionais. Assim, os espaços públicos tornam-se ambientes escuros, inseguros e violentos, difíceis de serem ocupados pelas jovens. Elas próprias evitam a circulação por estes locais e seus pais não as autorizam a freqüenta-los. A rua é ocupada pelas jovens durante o dia e, geralmente, nos limites da porta ou da calçada da casa.

“Onde eu moro não tem segurança não. Várias vezes já apareceu gente ali por causa da iluminação, foi assaltado, foi pro fundo ai mataram. ...Falta muita iluminação. Antes até tinha um pouquinho de luz, mas parece que deram um tiro para cima ali e estourou. Deram um tiro para estourar.”(Agente jovem)

“Os pais fica com medo, num pode, às vezes, assim sair, você pede pra sua mãe ai ela fica pensando ah, não tem iluminação, é mo perigoso, chega tal hora. Ela lembra do que aconteceu na semana passada, vamos supor, mataram tal pessoa com uma facada em tal rua, porque você vai passar por lá e num vai por causa disso.” (EE ensino médio)

Embora reconheçam que o risco de sofrer violência é generalizado, para homens e mulheres, afirmam que as mulheres estão mais expostas ao risco de sofrer violência sexual, comum nas regiões estudadas.

“Meu pai fica com medo de estupro também. Aqui tem tarado que é fogo.” (Agente Jovem)

“Eles pegam (as meninas) na pracinha e ó. Só mata e deixa lá mesmo” (Agente Jovem).

Evidencia-se, assim, o impacto da violência local na vida cotidiana das jovens mulheres entrevistadas. A violência atua como um fator inibidor da participação, do usufruto dos direitos das pessoas em comunidades marcadas pelo medo. Não há como elaborar uma política pública relacionada à participação e ao empoderamento das jovens que não trabalhe com a segurança local, com a gestão do espaço público, com a responsabilidade dos vários setores envolvidos: poder público, comunidade, escola, jovens.

A descrença na ação coletiva

Em relação à participação social e engajamento em grupos, observou-se que as jovens mostram-se descrentes e desiludidas quanto à possibilidade de ações coletivas para a melhoria de sua comunidade e, em geral, quando vão em busca de projetos coletivos, sentem-se com pouco poder para mudar essa realidade. Em contrapartida a comunidade e o governo também não favorecem o empenho participativo.

O associativismo em grupos políticos, em associações do bairro ou em grêmios estudantis não é visto como um caminho de participação. O descrédito nas associações coletivas está relacionado à concepção de que “não funcionam”, “há falsas promessas” e de que todo projeto do governo é temporário e transitório. Portanto, se o governo não leva a sério o que a população demanda, não adianta se associar. Os abaixo assinados são instrumentos muito divulgados entre elas, porém circula a concepção de que eles também não resolvem.

*“Por aqui é deus pra todo mundo e cada um por si.”
(Casa de apoio à mulher)*

Sentem que a ausência de participação se deve à inexistência de lideranças ou de instituições – da família, escola, igreja e trabalho – que as apoiem, as estimulem e lhes ensinem os caminhos participativos. Contam que não tiveram ao longo de sua trajetória de vida experiências de participação ou modelos nos quais pudessem se espelhar.

Nos espaços de lazer, inclusive, as mulheres jovens demonstram a necessidade de uma liderança que as incentive a participar e organizar atividades. Não conseguem se conceber como protagonistas destas ações e esperam alguma iniciativa de fora.

Conclui-se que as jovens dos bairros pesquisados, embora almejem maior participação nos espaços públicos, têm demonstrado importantes limites para concretizá-la. Em decorrência disto, sua rede e repertório social tornam-se restritos, mais circunscritos ao ambiente familiar e da escola, dificultando, conseqüentemente, a sua inserção no mundo público do trabalho e do lazer e sua proteção em relação aos conflitos no mundo privado. Como alternativa para este impasse observa-se a necessidade de políticas públicas e intervenções que fortaleçam lideranças comunitárias mediadoras das relações no mundo público e que ensinem as jovens sobre os caminhos participativos.

Conclusões

A análise dos relatos grupais confirma a hipótese inicial deste trabalho sobre a desigual ocupação de espaços públicos e de participação em projetos coletivos entre jovens do sexo masculino e feminino. Embora os estilos de vida sejam diversificados, as jovens, em geral, tendem a frequentar menos espaços públicos para o lazer e para a cultura. As razões apresentadas são as tarefas domésticas e seu papel de “cuidadora” familiar; o temor à gravidez e à violência; a impossibilidade de negociação com os meninos no uso dos equipamentos por falta de mediação e regras para o uso, prevalecendo a “lei do mais forte”; equipamentos ou projetos inadequados que são rejeitados por reproduzirem estereótipos de gênero. Percebe-se, também, que a baixa participação em ações coletivas é bastante generalizada e não constitui prerrogativa dos jovens independente do sexo e da faixa etária, refletindo uma descrença na possibilidade de mudança outra que não a individual, relacionada ao esforço e à dedicação pessoal. Há, porém, ainda, uma percepção do papel da mulher como impulsionadora das mudanças locais, o que se comprova por sua presença ativa como liderança em alguns grupos organizados. Porém, a tônica dominante nos relatos grupais é da descrença no estabelecimento de espaços coletivos, por sua descontinuidade, fragmentação e insucesso, o que termina por reforçar a necessidade de um investimento pessoal em detrimento de ações coletivas.

Em síntese, a ocupação dos espaços públicos de lazer, de cultura e educacionais pelas jovens mulheres, bem como sua participação em ações coletivas pressupõe a satisfação de um conjunto de condições:

1. satisfação de necessidades materiais objetivas;
2. a existência de tempo liberado das obrigações cotidianas;
3. a valorização social das práticas participativas de intervenção comunitárias;
4. a construção de expectativas de reciprocidade e valorização do diálogo e da negociação;
5. Aliar a experiência de participação comunitária com a expectativa de crescimento individual e profissional.

6. a possibilidade de negociação e mediação no uso destes espaços, atenta às questões de gênero;
7. a existência de espaços seguros que possam acolher a diferentes formas atuais de ser uma jovem mulher, inclusive contemplando sua condição de jovem mãe;
8. um intenso trabalho educacional continuado que permita a discussão sobre a desigualdade de poder entre mulheres e homens.
9. um compromisso entre poder público, associações locais e escolas que sirva de suporte para manter atividades continuadas e estáveis nos espaços de convivência das jovens, criando referências positivas.

Agradecimentos:

- À Sociedade Santos Mártires
- À coordenadora e funcionários do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Casa Sofia
- Aos profissionais da UBS Alto do Riviera
- Aos profissionais da UBS Parque Arariba
- Aos diretores, coordenadores, professores e funcionários da Escola Estadual Flávio Osório Negrini
- Aos diretores, coordenadores, professores e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Clemente Pastori
- À direção da associação de bairro do Parque Regina
- À coordenadora e funcionários do Projeto Vida
- À Casa de Cultura do M'Boi Mirim
- A todos os e as jovens participantes dos grupos focais
- À artista Panmela Castro, que gentilmente cedeu o uso de sua imagem para a capa desta publicação



Diretoria

Denis Mizne
Diretor Executivo

Melina Risso
Diretora de Desenvolvimento Institucional

Projeto Juventude, Gênero e Espaço Público

Coordenador da Área de Juventude: Marcus Góes
Coordenadora de projeto: Julia Durand
Estagiária: Fernanda Passoni
Consultoria: Flávia Schilling | Raquel de Souza |
Silvani Arruda

Sede

Rua Luis Murat, 260
Cep: 05436-050 | São Paulo/SP
Tel: (11) 3812-1333
www.soudapaz.org
soudapaz@soudapaz.org

Publicação Juventude, Gênero e Espaço Público

Textos: Julia Durand
Edição: Daniela Caldeirinha
Revisão: Daniela Caldeirinha
Fotos: Ike Levi e Erico Hiller
Diagramação: Daniel Varella

FINANCIADOR





INSTITUTO
SOU DA PAZ



Enriching lives in emerging markets